



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N.º , de 2026

(Do Sr. Dorinaldo Malafaia)

Requer a realização de audiência pública destinada a debater os impactos da Proposta de Emenda à Constituição nº 221/2019, sobre a promoção da igualdade material de gênero nas relações de trabalho, especialmente no contexto da reorganização da jornada laboral.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 24, III, 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja realizada audiência pública destinada a debater os impactos da Proposta de Emenda à Constituição nº 221/2019 sobre a promoção da igualdade material de gênero nas relações de trabalho, especialmente no contexto da reorganização da jornada laboral.

Para tanto, sugere-se a participação das seguintes instituições:

- Ministério das Mulheres
- ONU Mulheres
- Central Única dos Trabalhadores
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

JUSTIFICATIVA

A proposta de redução da jornada de trabalho, nos termos delineados na PEC em análise, insere-se no âmbito das políticas públicas de reconfiguração do tempo de trabalho e promoção do bem-estar social. Contudo, a literatura especializada e os dados empíricos indicam que alterações na organização da jornada laboral produzem efeitos distributivos diferenciados entre grupos sociais, especialmente sob a perspectiva de gênero.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Persistem no mercado de trabalho brasileiro desigualdades estruturais relacionadas à remuneração, à progressão profissional e à inserção ocupacional das

mulheres, as quais podem ser reproduzidas ou agravadas caso a reestruturação da jornada não seja acompanhada de diretrizes normativas orientadas à equidade.

A realização da audiência permitirá a incorporação de evidências produzidas por órgãos técnicos e entidades representativas, viabilizando a construção de soluções legislativas que assegurem a efetividade do princípio da igualdade material (arts. 5º, I, e 3º, IV, da Constituição Federal), evitando assim efeitos regressivos não intencionais da política pública em discussão.

Portanto, solicito aos pares apoio para a aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, em 04 de maio 2026.

Dorinaldo Malafaia
Deputado Federal – PDT/AP

